37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	37.833.220,81	15.874.734,34
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	37.833.220,81	15.874.734,34

FONTE: Sistema: SIOPE, Unidade Responsável: FNDE/MEC, Data da Emissão:
[1]Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.
[2]Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
[3]Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
[4]Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
[5]Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[6]As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
[7]Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
[8]Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
[9]Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
[10]Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

© 2024 Ministério da Educação - Todos os direitos reservados

Campinas, 08 de abril de 2024
JOSÉ TADEU JORGE
Secretário Municipal de Educação

COMUNICADO SME Nº139, DE 05 DE ABRIL DE 2024 (PUBLICADO EM DOM DE 08/04/2024)

ERRATA

Onde se lê:: 1423690 ALDO DA SILVS MOURA

Leia-se: 1423690 ALDO DA SILVA MOURA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC

PROCESSO: 2022.00096777-58

Assunto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de unidade educacional - CEI Jardim Fernanda
Interessada: Fumec

DESPACHO

Ante os elementos que constam nos autos, **AUTORIZO,** com fundamento nos incisos II e IV do parágrafo 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e cláusulas 6.1.2 e 6.1.4 do instrumento contratual, a prorrogação por mais 120 (cento e vinte) dias do prazo do Termo de Contrato nº 16/2023 celebrado com a empresa **RAVE CONSTRUTORA LTDA. (CNPJ/MF nº 23.160.346/0001-52)**, mantidas todas as demais condições originais previstas no instrumento de contrato e sem prejuízo de eventuais valores a ser aditados.

Publique-se.

Campinas, 05 de abril de 2024
JOSÉ TADEU JORGE
Secretário Municipal de Educação e Presidente da FUMEC

PROTOCOLO Nº: 2023.00001624-11

(REPUBLICADO POR CONTER INCORREÇÕES)

Assunto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de equipamentos de climatização por sistema de resfriamento evaporativo para o galpão do almoxarifado da Fumec, conforme especificações do Anexo I do Termo de Referência.
Interessada: Fumec

DESPACHO
(REPUBLICADO POR CONTER INCORREÇÕES)

Ante os elementos que constam nos autos, especialmente o parecer da Procuradoria que acolho na íntegra, **NÃO CONHEÇO** o pedido de reconsideração apresentado pela empresa **PREQUIP COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS LTDA. (CNPJ/MF nº 04.879.948/0001-10)** em face da decisão que houve por bem aplicar penalidades, na medida em que não foi observado o prazo previsto no artigo 109, inciso I, alínea "f" da Lei nº 8.666/93 que, em função do seu caráter especial, prevalece sobre qualquer outra norma de caráter geral.

Publique-se.

Campinas, 05 de abril de 2024
JOSÉ TADEU JORGE
Secretário Municipal de Educação e Presidente da FUMEC

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Campinas, 08 de abril de 2024.
Processo Administrativo nº FUMEC.2024.00000467-71
Dispensa de Licitação N° 04/2024
Interessada: FUMEC/CEPROCAMP

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva em veículos leves de propriedade da FUMEC, em oficina especializada com seguro, com fornecimento de peças e acessórios

Diante do valor a ser utilizado para Prestação de serviços de manutenção preventiva em veículos leves de propriedade da FUMEC, em oficina especializada com seguro, com fornecimento de peças e acessórios e de acordo com o Artigo 75, Inciso I, da Lei Federal N° 14.133/21, AUTORIZO a despesa no valor total de R$ 8.708,00 (oito mil, setecentos e oito reais) em favor de GIGOF & GIGOF LTDA ME, CNPJ 46.062.931/0001-15.

À Gestão Pública da Área Administrativa e Financeira para demais providências.

ARY JAMES PISSINATTO
Diretor Executivo
FUMEC/ CEPROCAMP

SECRETARIA DE FINANÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

JUNTA DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - JRT

JUNTA DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - DECISÕES 1ª CÂMARA JULGADORA - SESSÃO DE 08/04/2024 (REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA - PORTARIA MUNICIPAL SMF Nº 01/2020)

01) PROCESSO SEI PMC.2019.00007393-28
Interessado(a): ULISSES SORÉ
Advogado(a): não consta representação
Tributo/Assunto: IPTU - Impugnação do Lançamento
Código Cartográfico Nº: 3322.63.96.0001.01001
Recurso Voluntário: Processo SEI PMC.2020.00032887-84
Relator(a): Leandro Lucon
Ementa: RECURSO VOLUNTÁRIO - IPTU -- EXERCÍCIOS 2018 A 2020 - VALOR VENAL ACIMA DE MERCADO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - VALOR VENAL CORRETAMENTE CONSTITUÍDO - PLANTA GENÉRICA DE VALORES INSTITUÍDA PELA LEI MUNICIPAL 15.499/2017 - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO
Decisão: Após a leitura dos respectivos relatório e voto, seguida de debates, por unanimidade dos presentes, **O RECURSO VOLUNTÁRIO FOI CONHECIDO**, vez que presentes os requisitos de sua admissibilidade e, no mérito, **TEVE NEGADO O SEU PROVIMENTO,** mantendo-se integralmente a decisão de primeira instância administrativa publicada no DOM 21/07/2020, nos termos dos artigos 11, 18, 18-A, 18-C, 18-E e 23 da Lei Municipal 11.111/2001, art. 16 da Lei Municipal 15.499/2017 e artigos 88 e 89 da Lei Municipal 13.104/2007.Ausente, justificadamente, o Sr. Julgador José Renato Camilotti.

02) PROCESSO SEI PMC.2019.00055077-35
Interessado(a): ESPÓLIO DE JULIETA MIGOTTO LORENTE
Advogado(a): Fábio Luiz Ferraz Ming - OAB/SP 300.298
Tributo/Assunto: IPTU - Impugnação do Lançamento
Código Cartográfico Nº: 3362.11.87.0001.01001
Recurso Voluntário: Processo SEI PMC.2020.00050176-64
Relator(a): José Renato Camilotti
Como previsto no art. 29 do Decreto Municipal 11.992/1995, **O JULGAMENTO DESTE PROCESSO FOI ADIADO**, devido à ausência justificada do seu relator.Este processo será incluído nos trabalhos da próxima sessão desta Câmara, nos termos do art. 17, §2º, do Decreto Municipal 11.992/1995.

03) PROCESSO SEI PMC.2020.00000655-21
Interessado(a): PPKD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPELTDA
Advogado(a): André Laubenstein Pereira - OAB/SP 201.334
Tributo/Assunto: IPTU e Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Lixo - Impugnação do Lançamento
Código Cartográfico Nº: 5231.21.16.0001.00000
Recurso Voluntário: Processo SEI PMC.2020.00033867-94
Relator(a): Conrado Leão Ceroni
Ementa: RECURSO VOLUNTÁRIO - IPTU E TAXA DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE LIXO - EXERCÍCIOS 2014 A 2019 - PREVISÃO LEGAL DE AVALIAÇÃO INDIVIDUALIZADA DOS IMÓVEIS POR ATO ADMINISTRATIVO - DELEGAÇÃO PREVISTA EM LEI - ART. 16, §§ 4º E 5º DA LEI MUNICIPAL 11.111/2001 - TEMA 1.084 DO STF - DECADÊNCIA NÃO CONFIGURADA - LANÇAMENTO DE OFÍCIO DO IPTU NA FORMA DO ARTIGO 173, I, DO CTN - JURISPRUDÊNCIA - ATIVIDADE RURAL DESENVOLVIDA SEM CARÁTER MERCANTIL E CUNHO ECONÔMICO - INCIDÊNCIA DO IPTU - ART. 2º-B DA LEI MUNICIPAL 11.111/2001 - CADASTRO OU COMUNICAÇÃO AO INCRA QUE NÃO ALTERA O FATO GERADOR DO IMPOSTO - IPTU QUE INCIDE EM IMÓVEL LOCALIZADO EM ZONA URBANA E QUE POSSUA OS MELHORAMENTOS MÍNIMOS DO ART. 32, § 1º, DO CTN - SERVIÇO DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE LIXO QUE É PRESTADO OU POSTO À DISPOSIÇÃO DO CONTRIBUINTE - ART. 79 DO CTN - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO
Decisão: Após a leitura do respectivo relatório, a sustentação oral prevista no art. 23 do Decreto Municipal 11.992/1995 efetuada pelo representante da recorrente, Dr. Victor Andreta Mikami - OAB/SP 476.525, e o proferimento do voto do relator, seguidos de debates, por unanimidade dos presentes, **O RECURSO VOLUNTÁRIO FOI CONHECIDO**, vez que presentes os requisitos de sua admissibilidade e, no mérito, **TEVE NEGADO O SEU PROVIMENTO**, mantendo na íntegra a decisão de primeira instância administrativa publicada no DOM de 23/06/2020, visto que não houve violação ao princípio da legalidade tributária e nem mesmo decadência do direito de lançar o IPTU/2014; também porque a recorrente não comprovou a destinação rural de caráter mercantil e cunho econômico do imóvel de código cartográfico 5231.21.16.0001.00000 (art. 2º-B da Lei Municipal 11.111/2001 e art. 4º do Decreto 19.723/2017), bem como porque o serviço público municipal de coleta, remoção e destinação de lixo é regularmente prestado ou posto à disposição do imóvel. Ausente, justificadamente, o Sr. Julgador José Renato Camilotti.

04) PROCESSO SEI PMC.2020.00007914-26
Interessado(a): PPKD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPELTDA
Advogado(a): André Laubenstein Pereira - OAB/SP 201.334
Tributo/Assunto: Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Lixo - Impugnação do Lançamento
Código Cartográfico Nº: 5231.21.16.0001.00000
Recurso Voluntário: Processo SEI PMC.2020.00033865-22
Relator(a): Conrado Leão Ceroni
Ementa: RECURSO VOLUNTÁRIO - TAXA DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE LIXO - CANCELAMENTO DO LANÇAMENTO IMPUG-